

ACESSIBILIDADE ESPACIAL EM PATRIMÔNIOS ARQUITETÔNICOS

Proposta projetual para a Igreja Nossa Senhora da Paz, 4ª Secção da Barra, Rio Grande/RS

Gabriel Gonçalves Lima¹ e Vanessa Patzlaff Bosenbecker²

Resumo

A Igreja Nossa Senhora da Paz é um espaço importante para os moradores da Barra na cidade do Rio Grande, RS. Foi edificada pela comunidade para que nela fossem realizadas as celebrações católicas daquele povo. Neste trabalho, o conjunto edificado da igreja, que é inventariado, foi utilizado como objeto de estudo com o objetivo principal de identificar os problemas referentes à acessibilidade e apresentar soluções que não ferissem a preservação patrimonial dos edifícios. Tendo como referência as planilhas elaboradas por Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012) foram elaborados quadros para a identificação dos problemas no tangente à acessibilidade e, fundamentados na NBR 9050 (ABNT 2015) e no termo de ajustamento de conduta (TAC) elaborado pela Prefeitura Municipal do Rio Grande (2016), foram propostas soluções que não degradassem o patrimônio arquitetônico. As soluções apresentadas servem para a igreja estudada e para inspirar outros projetos semelhantes.

Palavras-chave: acessibilidade, patrimônio, igreja.

SPATIAL ACCESSIBILITY IN ARCHITECTURAL HERITAGE

Project Proposal For The Nossa Senhora da Paz Church, 4th Section Of Barra, Rio Grande/RS

Abstract

Nossa Senhora da Paz Church is an important space for the residents of Barra neighborhood in Rio Grande (RS, Brazil). It was built by the community in 1946 to held Catholic celebrations in there. In this paper, the church's built complex, which has heritage protection, is the object of study. The main objective of this work is to identify accessibility problems and purpose solutions that would not harm the building's heritage preservation. Using the worksheets prepared by Dischinger, Bins Ely and Piardi (2012) as references, and based on NBR 9050 (ABNT 2015) and the Conduct Adjustment Term (TAC) of Rio Grande City Hall (2016), new worksheets were developed to identify these accessibility problems. The purposed solutions had the aim of do not degrade the architectural heritage and may be applied in other similar projects.

Keyword: accessibility, heritage, church.

¹ Graduado no curso superior em Tecnologia em Construção de Edifícios do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) campus Rio Grande.

² Professora do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) campus Rio Grande. Arquiteta e urbanista, mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Introdução

O Brasil está envelhecendo. Essa afirmação pode ser confirmada observando uma série de dados apresentados nos últimos anos. Como exemplo, pode-se considerar a síntese de indicadores sociais do IBGE (2016), onde foram analisadas as condições de vida da população nacional. Neste estudo, foram apresentadas comparações entre os dados das projeções populacionais feitas pelas Nações Unidas (2015) e o crescimento esperado da proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade na população brasileira (Figura 1).

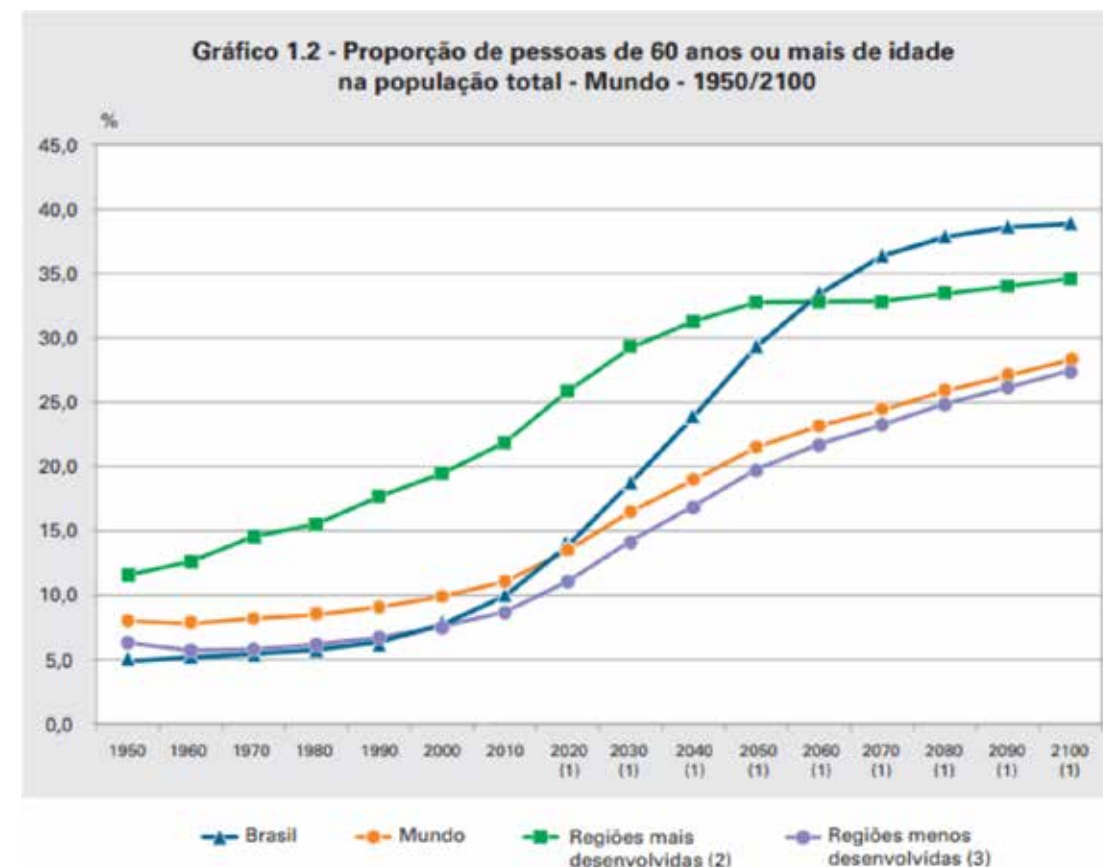


Figura 1 - Gráfico de proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade na população total Mundial. Fonte: Population indicators. In: World population prospects: the 2015 revision. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division, 2015. APUD IBGE 2016.

De acordo com o gráfico, entre 1950 e 2000 a proporção de idosos na população brasileira, que esteve abaixo de 10%, foi semelhante à encontrada nos países menos desenvolvidos. A partir de 2010, o indicador para o Brasil começou a aproximar-se do projetado em países desenvolvidos. Já em 2070, a estimativa é que a proporção da população idosa brasileira (acima de 35%) seria, inclusive, superior ao indicador para o conjunto dos países desenvolvidos (IBGE, 2016).

O Rio Grande do Sul (RS) está envelhecendo em um ritmo mais acelerado que o Brasil. Em nota técnica expedida pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (2019), são apresentados os dados referentes ao cenário demográfico do RS. Esta nota afirma que em 2019, a população de zero a 14 anos no estado representava 18,3% do total, frente a 21,1% no Brasil. A estimativa é de que, em 2060, essa proporção reduza para 14,7% e 14,0% respectivamente. Ainda, a nota apresenta que em 2060, a proporção de idosos, com idades acima de 65 anos, aumentará de 9,5% para 25,5% no País e de 12,7% para 29,0% no RS. Desta maneira, é possível afirmar que o RS é relativamente mais envelhecido do que o Brasil, algo que se projeta persistir nas próximas décadas (SEPLAG-RS, 2019).

Que o Brasil está envelhecendo é um fato e, somado a isso, temos os dados do Censo (IBGE, 2010) que indicam que mais de 45 milhões de pessoas declararam ter, pelo menos, uma das limitações físicas pesquisadas, correspondendo a 23,9% da população brasileira.

Comparando esses dados com os do Censo anterior, realizado em 2000, nota-se um crescimento expressivo no número de pessoas que se declarou deficiente visto que, naquela ocasião, 14,5% da população total afirmou ter algum tipo de deficiência. Isso se justifica porque a investigação mais recente baseou-se na percepção do indivíduo sobre sua dificuldade em enxergar, ouvir ou se locomover, mesmo que, para isso, utilize facilitadores como óculos ou lentes de contato, e na existência da deficiência mental ou intelectual.

Tendo em vista esse número alarmante e bastante significativo, entende-se como necessários estudos que visem melhorar as condições dos espaços já edificadas e, também, que forneçam diretrizes de projeto a serem incorporadas naqueles que ainda estão em fase de elaboração.

De acordo com o documento elaborado pelo IBGE (2016) que apresentou a análise das condições de vida da população brasileira, boa parte da qualidade de vida dos idosos, pode ser observada nas características do entorno do domicílio onde residem, em especial no que tange à acessibilidade, já que cerca de 1/3 dos idosos (33%) declararam ter no mínimo alguma dificuldade permanente para caminhar e/ou subir escadas sem a ajuda de outra pessoa, ainda que usando prótese, bengala ou aparelho auxiliar (op. Cit).

A acessibilidade pode ser entendida como a “facilidade disponibilizada às pessoas que possibilite a todos autonomia nos deslocamentos desejados, respeitando-se a legislação em vigor” (inciso III do art.4º da Lei nº 12.587/12) (RIBEIRO, 2014, p.14).

A Constituição da República Federativa (BRASIL, 1988) assegura o direito de igualdade e justiça dos valores supremos de uma sociedade sem preconceitos, buscando prover a interação de todos em bens públicos, sociais, culturais e patrimoniais. Por este motivo, resolveu-se elaborar um projeto de acessibilidade espacial em um patrimônio cultural estudo de caso, a Igreja Nossa Senhora da Paz, localizada na cidade do Rio Grande – RS, abordando os cuidados para aplicação da acessibilidade na edificação a fim de promover intervenções que garantam a acessibilidade e preservação histórica do local. O direito de igualdade a todos sem qualquer forma de discriminação é estabelecido pela Constituição Brasileira (BRASIL, 1988). Em acordo com a legislação, para garantir a inclusão são necessárias alterações culturais, junto de ações políticas e legislativas, que visem promover mudanças que condicionem a interação do ambiente com o público, tornando-os acessíveis para todos.

Além de um direito constitucional, a acessibilidade é uma demanda da agenda internacional, estampada na meta 11.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS11): “Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência” (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 30).

No tocante às áreas consagradas como patrimônio cultural, de acordo com o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), elas devem ser espaços nos quais seja possível conhecer e desfrutar do local. Tais ambientes devem proporcionar um deslocamento fácil e seguro a seus usuários além de possibilitar a permanência (IPHAN, 2008).

Intervenções realizadas em bens culturais não devem causar a descaracterização do testemunho histórico que a proteção do bem cultural visa garantir. Assim, deve-se buscar o cumprimento simultâneo das normativas de acessibilidade e daquelas que regulamentam o regime jurídico patrimonial, obedecendo às disposições preliminares para preservação e manutenção destas propriedades (MIRANDA, NOVAIS, 2009).

A acessibilidade deve ser entendida como um processo de igualdade, exigido pela sociedade em busca do combate à discriminação. A disponibilidade de acesso em locais de valor cultural é fundamental, de maneira a cumprir com o dever social, além de ser uma forma de incluí-las ao meio, dando oportunidade de conhecimento dos valores históricos presentes no local, pois todos possuem o direito de desfrutar desses ambientes. Entretanto, as intervenções em função da acessibilidade não podem descaracterizar o patrimônio. Sendo assim, deve-se considerar o tipo de preservação vigente sobre a edificação, para analisar a possibilidade de inclusão de acessos especiais, assegurando não causar um dano irreparável ao testemunho histórico do lugar.

Visando a acessibilidade e a importância da inclusão de todos aos bens de convívio cultural e social, foi proposta a elaboração de uma monografia para conclusão do curso de Tecnologia em Construção de Edifícios do IFRS Campus Rio Grande a respeito da inserção de meios de acessos a patrimônios, também demonstrando a possibilidade de aplicação a determinado estudo de caso. A mencionada monografia deu origem a este estudo.

Este trabalho aborda a questão da acessibilidade em edificações históricas preservadas, tendo como principal mote a realização das adequações conforme os critérios e normativas de acessibilidade e preservação patrimonial. Partindo desta questão, foi elaborado um projeto para uma edificação que compõe o patrimônio cultural do Rio Grande, seguindo os critérios de acessibilidade e preservação do bem cultural e entorno. Foram analisadas as possibilidades de adequações da Igreja Nossa Senhora da Paz, localizada no Bairro da 4º Secção da Barra, Rio Grande – RS, com o objetivo de elaborar um projeto que atendesse as conformidades de acesso e permanência de pessoas com deficiência, visando, não descaracterizar o patrimônio.

A proposta considerou como objeto de estudo de caso uma antiga igreja descrita como patrimônio cultural e seu conjunto de edificações em seu entorno, situada na cidade do Rio Grande, Rio Grande do Sul. A igreja está localizada no bairro da zona portuária, 4º Secção da Barra, cuja principal característica é a concentração de indústrias de pescado. Atualmente a Igreja Nossa Senhora da Paz mantém seu funcionamento com a celebração de missas e disponibilizando o seu espaço para eventos religiosos e beneficentes envolvendo a participação da comunidade.

Objeto de Estudo

A Igreja Nossa Senhora da Paz (Figura 2) foi fundada em 21 de abril de 1946, por auxílio da Colônia de Pesca, por membros da Colônia Portuguesa e por moradores locais. Fica localizada no bairro da 4º Secção da Barra na cidade do Rio Grande – RS. O templo religioso físico foi construído para que os fiéis pudessem manifestar sua fé, neste caso, o catolicismo (GOULART, 2018).



Em relação à proteção, a Igreja Nossa Senhora da Paz dispõe de preservação municipal, por solicitação da Mitra Diocesana do Rio Grande. A igreja é inventariada como patrimônio cultural, regida por processo entre a Prefeitura Municipal e o Ministério Público, que norteia sobre as condições para intervenções, manutenções e preservação, de modo a assegurar as características de interesse histórico presentes na edificação. Diante desta legislação, foi estabelecido um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), Processo nº 29062/2016, instrumento que rege o inventário da edificação, impondo que toda alteração e reparo feito no patrimônio deve possuir autorização da Secretaria de Coordenação e Planejamento da Prefeitura Municipal do Rio Grande.

O que torna a Igreja Nossa Senhora da Paz um patrimônio cultural, além dos seus atributos arquitetônicos, o valor memorial que tem para comunidade. A igreja abriga algumas imagens sacras e acervo religioso importantes, juntamente aos detalhes que possui em seu interior, que destacam as crenças e características daqueles que a construíram, sendo uma forma de preservar a história da comunidade e das pessoas que frequentam o local atualmente.

Objetivos

O objetivo geral foi desenvolver uma proposta projetual que relacionasse a preservação e a acessibilidade em uma edificação patrimonial, utilizada como estudo de caso. Os objetivos específicos foram: avaliar os problemas de acessibilidade na edificação que dificultam a participação do público no local e; apresentar soluções projetuais, que pudessem ser utilizadas como referência para os problemas identificados.

Referencial teórico

Acessibilidade

Segundo Dishinger, Bins Ely e Piardi (2012), deve-se pensar que qualquer um está sujeito, em alguma parte da vida, a enfrentar dificuldades para realização de atividades, sendo devido a acidentes, doenças, gestação, sobrepeso ou por problemas decorrentes da idade. Por este motivo, busca-se a compreensão dos problemas ligados a mobilidade, a fim de planejar soluções para estes entraves. A NBR 9050 (ABNT, 2015) estabelece

os critérios de acessibilidade para as edificações, a norma determina medidas que devem ser seguidas a fim de padronizar o acesso e circulação aos locais de interação pública, para que todos possam usufruir das atividades presentes no lugar. Em edifícios com preservação patrimonial a dificuldade de encontrar soluções de acessibilidade está na busca da conservação das características arquitetônicas presentes no local. O conflito entre as normativas precisam ser analisadas de modo a atender as adequações e melhorias propostas ao local. A Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) garante o direito de acesso a locais de valor cultural, porém o Decreto Lei nº 25 de 1937 determina que bens históricos e culturais não podem ser alterados sem prévia autorização do Serviço de Patrimônio Histórico regente, entrave que, em muitos casos, acaba dificultando a aplicação da NBR 9050 (ABNT, 2015) de forma efetiva nas edificações preservadas.

O termo “deficiência” é comumente utilizado para referir-se ao problema específico de uma disfunção no nível fisiológico do indivíduo, podendo também mencionar as limitações implicadas a movimentação, a visão, a coordenação, a audição e a cognição (DISHINGER, BINS ELY E PIARDI, 2012).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) por meio da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), considera que as deficiências são problemas de função e de estrutura do corpo, podendo ser desvios ou perdas significativas. A CIF define barreiras como fatores do ambiente que, por meio de sua presença ou ausência, limitam a funcionalidade do local provocando incapacidade para seu uso ou dificuldade do envolvimento de todas as pessoas (ANDRADE, 2009). Conhecendo as restrições e deficiências que atingem a sociedade, busca-se uma classificação a fim de facilitar a identificação das limitações conforme a condição do deficiente. Em relação aos diferentes fatores que influenciam na classificação das adequações a serem impostas no ambiente é fundamental ter conhecimento a respeito das diferentes necessidades que cada indivíduo e quais medidas que devem ser estabelecidas para que todos possam desfrutar e usar do ambiente.

De acordo com Dishinger, Bins Ely e Piardi (2012), as deficiências possuem uma classificação referente à tipificação das alterações das estruturas ou funções corpóreas, provocadas por doenças ou anomalias. Por este motivo, compreende-se a importância de relacionar os fatores sócio culturais e ambientes presentes no lugar para adequá-lo conforme a necessidade referente à natureza dos problemas fisiológicos dos indivíduos que frequentam o local de maneira a não excluí-los.

De forma a sintetizar e facilitar a compreensão dos distintos tipos de deficiência definem-se quatro grupos conforme as habilidades funcionais do corpo humano (DISHINGER, BINS ELY E PIARDI, 2012). A classificação quanto à deficiência se divide em físico-motoras, sensoriais, cognitivas e múltiplas, descritas a seguir:

a) Deficiências físico-motoras: caracterizadas por alterar a capacidade motora, dificuldades ou impossibilidades para locomoção, mobilidade, coordenação, atividade física ou realização de qualquer movimento.

b) Deficiências sensoriais: caracterizadas pela perda significativa na capacidade de percepção do indivíduo. As deficiências sensoriais seguem uma subclassificação quanto aos sistemas, visual, auditivo, orientação, háptico, e paladar-olfato.

- Deficiências no sistema visual: Provocam limitações na capacidade de enxergar.

- Deficiências no sistema auditivo: São caracterizadas pela perda bilateral, parcial ou total da capacidade auditiva.

- Deficiências no sistema de orientação/equilíbrio: São caracterizadas por provocar alteração ou perda da capacidade de equilíbrio do indivíduo e a identificação do entorno e ambiente a sua volta.

- Deficiências no sistema háptico: definidas por limitações no tato e nos órgãos sensoriais.

- Deficiências no sistema de paladar e olfato: caracterizadas pela perda do indivíduo em captar e distinguir composições químicas ingeridas ou inaladas.

c) Deficiências cognitivas: caracterizadas por distúrbios nas atividades mentais, ocasionando dificuldade na compreensão de informações, podendo afetar os processos de aprendizado, comunicação e motor do indivíduo.

d) Deficiências múltiplas: ocorrem quando o indivíduo apresenta mais de uma deficiência associada. Pode ser ocasionada por lesões cerebrais ou por alterações de estruturas e funções corpóreas.

É preciso ter percepção dos fatores ambientais presentes no local no qual se pretende intervir, para diminuir as barreiras que dificultam o acesso e movimentação dos indivíduos durante a circulação. De acordo com Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012), existem duas classificações referentes à arquitetura e condição social para barreiras e quatro classificações gerais para restrições espaciais a partir de relações entre os atributos do meio ambiente e as condições dos indivíduos.

Em relação à classificação das barreiras, podem ser de dois tipos:

a) Barreiras físico-espaciais: elementos, físicos ou arquitetônicos, que dificultam a realização de atividades de forma independente do indivíduo ou impedem sua locomoção de forma independente. Essas podem ser distinguidas em permanentes (elementos físicos permanentes no local) e dinâmicas (elementos físicos alocados de forma temporária no local).

b) Barreiras atitudinais: estabelecidas na esfera social, referente às relações humanas centradas nas dificuldades que os indivíduos podem possuir, criando impedimentos para participação destes na sociedade.

Em relação à classificação das restrições espaciais, estas podem ser de quatro tipos:

a) Restrições espaciais para atividades físico-motoras: se referem ao impedimento ou às dificuldades de locomoção, força física, coordenação motora. Afetam principalmente pessoas que já possuem algum tipo de deficiência motora causada por doenças e patologias, entraves temporários como: gestação, obesidade e lesões ou, também a idosos que devido à idade possuem mobilidade reduzida.

b) Restrições espaciais para percepções sensoriais: se referem a dificuldades para percepção e captação de informações do local. Afetam principalmente pessoas que possuem deficiência auditiva, visual e aos idosos.

c) Restrições espaciais para atividades de comunicação: se referem às dificuldades para estabelecer uma comunicação social. Afetam principalmente pessoas que possuem deficiência auditiva ou algum problema de fala e comunicação.

d) Restrições espaciais para atividades cognitivas: se referem às dificuldades encontradas no tratamento de informações no desenvolvimento de relações

interpessoais para realização de atividades de intuito informativo, compreensivo e de aprendizado. Afetam principalmente pessoas iletradas ou que possuem algum tipo de deficiência cognitiva.

De acordo com Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012) o termo “inclusão” se refere à possibilidade de participação social provendo igualdade, reconhecendo a diversidade e modificando o local para promover a oportunidade de aceitação de todos. Relacionando este contexto a NBR 9050 (ABNT, 2015) estabelece que, a acessibilidade dentro do ambiente deve proporcionar a participação do maior número de pessoas, independente da sua idade, estatura ou limitação de mobilidade e percepção, para que a utilização do local ocorra de forma autônoma e segura.

Outra definição ligada ao termo é referente à possibilidade de condição de alcance, percepção e entendimento da utilização do local de forma autônoma e segura, sendo da edificação, mobiliário, espaço urbano e demais elementos presentes no entorno. A acessibilidade espacial representa a possibilidade de conseguir de forma independente alcançar o local desejado (DISCHINGER, BINS ELY e PIARDI, 2012).

Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012), para promover e orientar as ações de avaliação e fiscalização dos edifícios públicos e patrimoniais, apresentando uma classificação dos Componentes de acessibilidade espacial. Cada componente define as características e medidas que devem ser adequadas para permitir a mobilidade independente dos usuários, de forma a eliminar ou minimizar as barreiras e restrições presentes no ambiente. Os componentes são divididos em quatro categorias: orientação espacial, comunicação, deslocamento e uso, como apresentado a seguir:

a) Orientação espacial: característica do ambiente que permite com que o indivíduo reconheça a identidade e as funções dos espaços e em como pode se locomover e utilizar o ambiente.

b) Comunicação: condição do ambiente referente às possibilidades de troca de informação, permitindo o acesso, a compreensão e a participação de todos.

c) Deslocamento: característica do ambiente que possibilita qualquer pessoa movimentar-se de forma independente, segura e confortável.

d) Uso: condição do ambiente referente à possibilidade efetiva de utilização, participação e realização das atividades presentes e disponíveis no local por todos os indivíduos interessados.

Patrimônio histórico e Preservação

O patrimônio histórico é a representação dos bens naturais ou materiais que possuem certa importância para comunidade ou localidade em que se encontra. Esses domínios foram consolidados e desenvolvidos ao longo do tempo pela sociedade, representando a identidade do local, mostrando suas características, tradições, cultura e história (ANDRADE, 2009).

No país, esses bens são geridos pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), órgão criado em 1937 pela Lei nº378, vinculado ao Ministério da Cidadania, no qual responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. O IPHAN, por meio da Instrução nº01 (IPHAN, 2003), dispõe sobre acessibilidade aos bens culturais. Sendo que as intervenções poderão ser promovidas de forma a assegurar a acessibilidade plena sempre que possível, assim cada intervenção deve ser considerada como um caso específico, avaliando-se a possibilidade de adoção de

soluções frente às limitações inerentes à preservação do bem cultural.

Referente aos tipos de proteções patrimoniais, os mais comumente utilizados são o inventário e o tombamento, que pode ser de nível municipal, estadual, federal e mundial. O inventário tem como função delimitar a área de referência cultural presente em determinado território, já a palavra e o termo “tombamento” são utilizados em sentido de registrar e preservar um bem de valor social e histórico por meio de proteção legislativa específica, a fim de preservá-lo, certificando que o bem passou por um processo de avaliação quanto ao seu valor.

Metodologia

O estudo de caso é uma maneira de se fazer pesquisas de caráter social, como experimentos, levantamentos, pesquisas históricas e análise de informação em arquivos, sendo uma ferramenta utilizada para investigação científica. Empregada para compreender processos de complexidade social nos quais estão presentes manifestações, seja de situações problemáticas, análise de obstáculos, levantamento histórico e avaliações de modelos exemplares (YIN, 2004).

De acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), o uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado, pois por meio de suas informações, é possível a extração e resgate de dados, colaborando com a ampliação e entendimento de objetivos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural, entre outros aspectos presentes nos registros (CELLARD, 2008). As fontes documentais utilizadas na monografia foram obtidas a partir de arquivos públicos e arquivos particulares concedidos pela Mitra Diocesana local. Esse método foi utilizado para adquirir dados referentes à construção, às características da edificação e ao valor histórico para a cidade e a comunidade.

As pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar uma maior familiaridade com o estudo de caso, com vista do aprimoramento dos aspectos referente ao fato estudado. A aquisição dos dados precisos para formulação da pesquisa deve ser feita por meio de levantamento bibliográfico e recolhimento de dados no próprio local (GIL, 2002).

Procedimentos Metodológicos

Considerando os objetivos do estudo, o trabalho apresenta uma pesquisa documental, analisando as legislações que envolvem o patrimônio e considerações de preservação sobre o objeto de estudo, bem como visitas exploratórias, a fim de identificar as possibilidades de intervenção. A partir da análise dos fatores que devem ser adaptados, foi desenvolvido um projeto de acessibilidade, de maneira a demonstrar soluções de adequação a patrimônios.

Nesta pesquisa, a visita exploratória foi realizada nas edificações definidas como objetos de estudo. Para a realização da vistoria foram utilizados os desenhos arquitetônicos, obtidos através de pesquisa documental e contato com a Mitra Diocesana da Cidade do Rio Grande – RS, de maneira a identificar os pontos que necessitavam de intervenção para elaboração do projeto. Também foi feita uma descrição do estilo arquitetônico e um levantamento das intervenções ocorridas referentes ao uso do local.

Durante as visitas para avaliação da acessibilidade, foram utilizadas as planilhas do Programa de Acessibilidade do Ministério Público de Santa Catarina, elaboradas por Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012) e realizado o registro fotográfico do local, com

o princípio de indicar os principais problemas de acessibilidade na edificação, em conformidade com a legislação de acessibilidade, como a NBR 9050 (ABNT, 2015).

A partir do preenchimento destas planilhas e por meio de registro fotográfico durante as visitas exploratórias, foram desenvolvidos quadros com os resultados obtidos. Estes quadros foram elaborados de acordo com as necessidades do estudo de caso, apresentando um modelo de divisão de quatro colunas, expondo as informações conforme os seguintes critérios: aspecto do local, legislação, componente de acessibilidade analisado e a possível solução aplicável ao estudo de caso.

Como critério de organização, foi estabelecido um padrão de cores para representar o principal tipo de adequação a ser realizada no local. Assim, foi estabelecida a caracterização dos itens por componente: comunicação (laranja), deslocamento (verde), orientabilidade (roxo) e uso (azul).

Os quadros apresentados são compostos por quatro colunas sendo:

- A primeira coluna se refere ao critério de acessibilidade que deve ser atendido no local;
- A segunda coluna se refere à legislação que regulamenta a adequação do componente ou local;
- A terceira coluna se refere à proposta de solução para correção do problema ou implementação da adequação, caso necessário;
- Por fim, a quarta coluna, ilustra o local (estudo de caso), a exemplos de adequação e componente a serem implementados.

A Figura 3, abaixo, exemplifica o modelo do quadro desenvolvido para apresentação dos resultados obtidos através da análise e visita exploratória do local.

EXEMPLO – DESTAQUE DOS ASPECTOS DAS EDIFICAÇÕES QUANTO A INCLUSÃO DA ACESSIBILIDADE			
COMPONENTE: ANÁLISE DO LOCAL	LEGISLAÇÃO NORMA / ANO / ITEM	SOLUÇÃO	LOCAL (ESTUDO DE CASO) EXEMPLO (REFERÊNCIA)
COMUNICAÇÃO: Descrição do critério de acessibilidade que deve ser atendido no local.	ABNT NBR 9050 (2015) Citação da norma que regulamenta a adequação do local.	Alteração sugerida e aplicável ao local, respeitando a NBR e a lei de preservação do local.	EXEMPLO: Imagem de sugestão de exemplo já existente aplicado em caso semelhante ao local de estudo. O mesmo deve representar a solução proposta na terceira coluna.
DESLOCAMENTO:	ABNT NBR 9050 (2015)		ESTUDO DE CASO: Imagem do local de estudo de caso na qual a solução deve ser aplicada.
ORIENTABILIDADE:	ABNT NBR 9050 (2015)		
USO:	ABNT NBR 9050 (2015)		

Figura 3 - Modelo de quadro utilizado para identificar os aspectos e soluções a serem aplicadas ao estudo de caso. Fonte: Elaborado para este trabalho. Autores (2019).

Resultados

Com base nos resultados obtidos nas visitas exploratórias foram apresentados, nos quadros, exemplos de soluções projetuais referentes à acessibilidade que podem ser aplicadas ao estudo de caso. Os mesmos demonstram possibilidades de inclusão de recursos que garantem o acesso e a preservação do bem e de sua identidade.

Em geral as soluções projetuais são classificadas em quatro componentes, de formar a tender a utilização do local garantindo aos usuários orientação espacial, comunicação, deslocamento e possibilitar seu uso.

Os problemas ligados à orientação espacial podem afetar todos os visitantes de um local, sendo os mais afetados aqueles que possuem algum tipo de deficiência visual e pessoas que não conhecem a localidade. Informações visuais possibilitam a identificação do lugar, seu uso, suas funções, como chegar e se deslocar até o destino desejado, dentro e fora do recinto. (ANDRADE, 2009).

No caso de idosos que devido à idade já perderam grande parte da capacidade visual é importante a presença de informações perceptíveis como sinalizações em cores contrastante para auxiliar pessoas com baixa visão. A NBR 9050 (ABNT, 2015) estabelece as condições para garantir uma adequada orientação, as informações devem ser completas e claras, dispostas segundo o critério de transmissão (visuais, táteis e sonoras) e o princípio dos dois sentidos (visual e tátil ou visual e sonoro).

Com o avanço da idade é comum o desenvolvimento de problemas auditivos e perceber alertas sonoros pode ser uma tarefa difícil. Por esse motivo é importante garantir que toda sinalização de emergência esteja em destaque. Do mesmo modo, de acordo com Andrade (2009) para pessoas com pouca visão a instalação de dispositivos sonorizados juntamente com guias táteis, garante a segura orientação em caso de incidentes.

Problemas ligados à comunicação devem ser previstos e solucionados no local. A partir desse ponto a NBR 9050 (ABNT, 2015) estabelece os critérios quanto a medidas para atender a comunicação garantindo a inclusão do usuário ao local.

Problemas ligados a deslocamento podem atingir todas as pessoas. O público mais afetado por esse tipo de entrave são os com necessidades físico-motoras, seja por patologia, idade ou alteração estrutural (ANDRADE, 2009).

Para atender esses visitantes é importante a inclusão de rampas de acesso que atendam às especificações exigidas na NBR 9050 (ABNT, 2015). Outro fator importante é a qualidade do piso, os mesmos devem atender às características de revestimento, inclinação e desnível, conforme descrito na normativa.

A Figura 4 apresenta um exemplo de problema de possível solução encontrado na entrada da Igreja. O acesso não possui rampa na escada para porta principal, pessoas que utilizam cadeira de rodas, muletas ou bengala encontram dificuldade ao entrar no local.

Os problemas ligados ao uso da localidade podem atingir todas as pessoas. O ambiente para se tornar acessível, deve prover diferentes níveis de alcance em certas ocasiões, por exemplo, a instalação de dois corrimãos, com diferentes alturas, nos acessos às edificações deve ser previsto, para auxiliar na locomoção de seus usuários, como também a presença de barras em locais de uso geral como banheiros.

Com base nos quadros, gerados através do levantamento do conjunto de edifícios, e



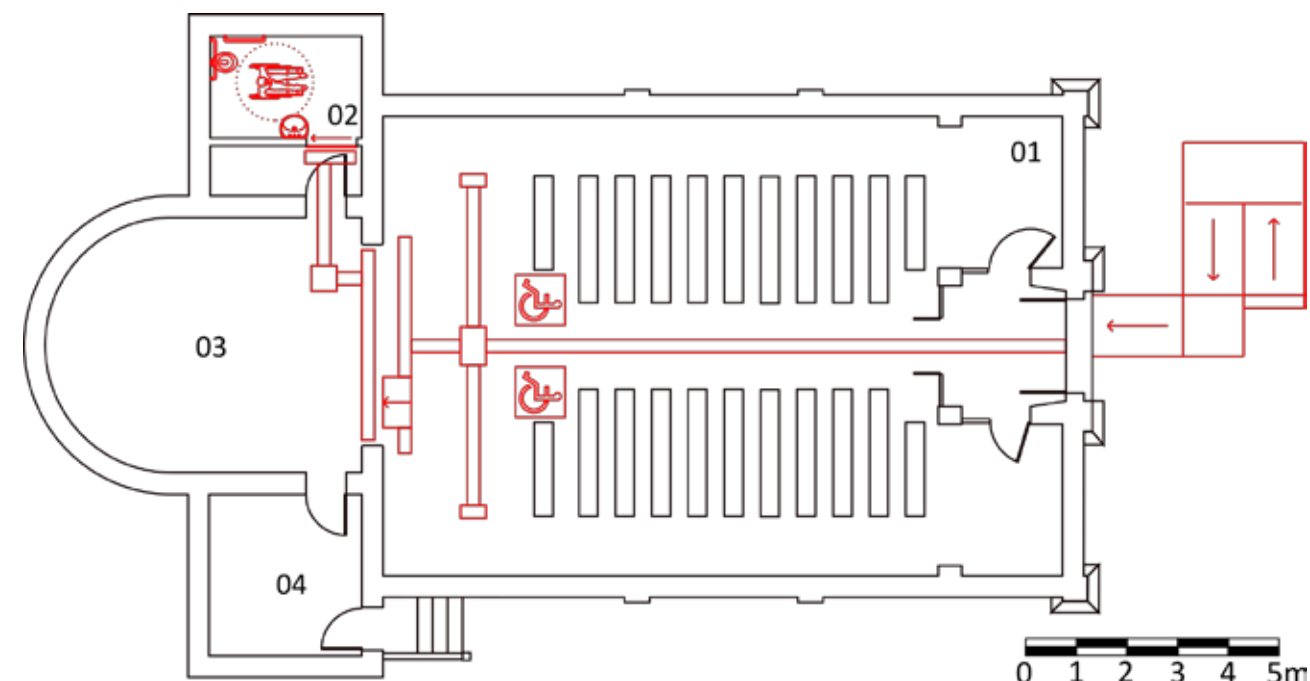
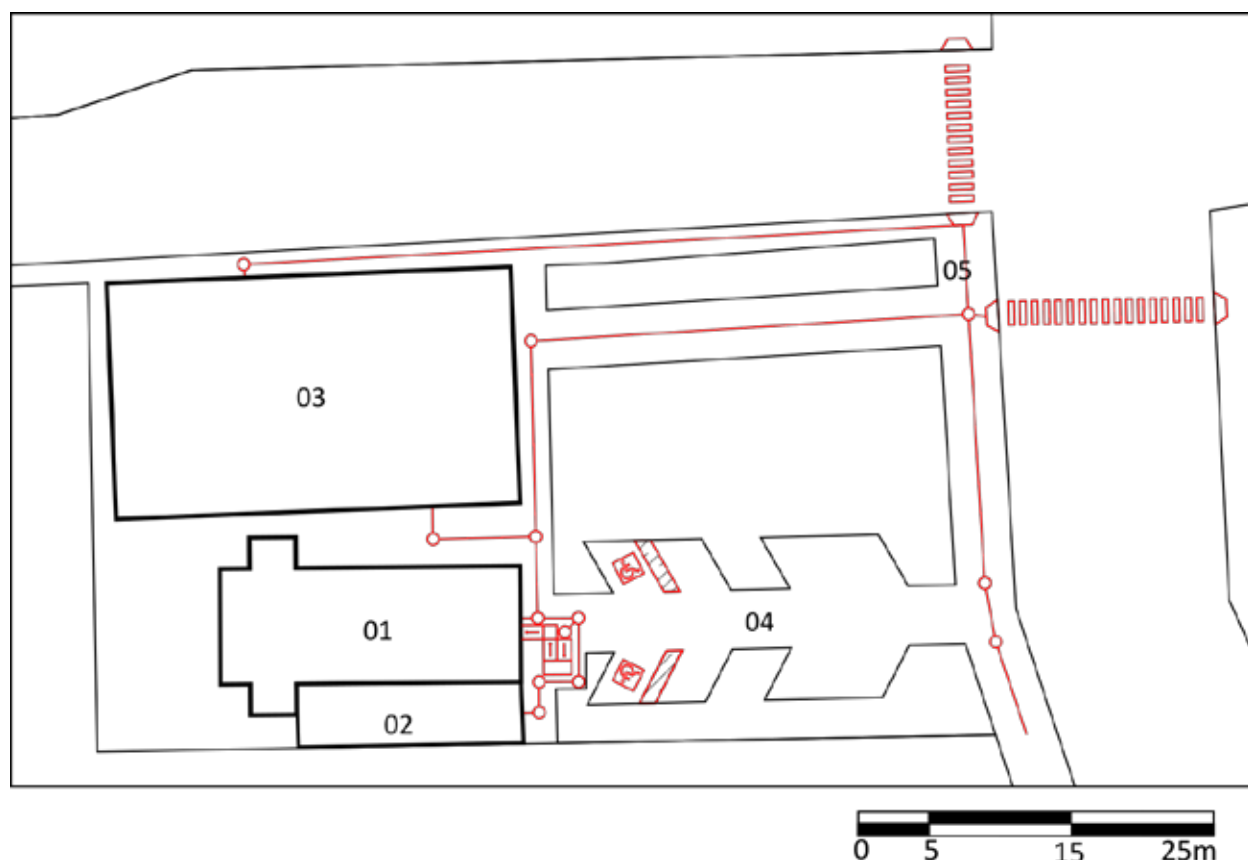
Figura 4 - Porta de entrada da Igreja. Fonte: Elaborado para este trabalho. Autores (2019).

por meio das soluções evidenciadas e nas melhorias na qual as edificações devem passar para disponibilizar acessibilidade espacial, foram desenvolvidos projetos para o entorno, igreja, secretaria e ginásio. Os projetos apresentam uma proposta de inclusão de rota acessível e de adaptação dos ambientes para inclusão da acessibilidade no local.

A primeira proposta de adequação visa garantir o acesso público ao conjunto edificado da igreja (Figura 5). Foram propostas: a construção de calçadas no entorno do prédio, com no mínimo 1,20m de largura, e de rampas nos passeios públicos localizadas nas esquinas das vias, foi sugerida a inserção de pisos podotáteis de direcionamento (representados pelas linhas vermelhas) e de alerta (representados pelos círculos) na calçada em frente ao lote. Na parte externa, também foram sugeridas faixas de pedestres para limitar o trânsito de veículos e a inserção de um semáforo com sinalização sonora e dispositivos de acionamento localizados na altura entre 0,80m e 1,20m em relação ao piso. No portão de acesso de veículos, é preciso instalar sinalização sonora para avisar a saída e a entrada de veículos.

Na parte interna do lote, foi indicado a averiguação da vegetação existente, para que não ofereça riscos ao público, foram especificados pisos podotáteis de direcionamento e de alerta; foram reservadas duas vagas de estacionamento próximas ao edifício principal, a igreja, com demarcação no piso, que não deve ter desníveis, e reserva de área para embarque/desembarque do veículo. Também foram propostas rampas de acesso aos edifícios e foi indicado que se incluía sinalização nos locais de acesso, que permita identificar as funções presentes em cada edifício. Essa sinalização deve ser tátil e visual para permitir a leitura por todos.

Na figura 5, os números representam, consecutivamente: 01: igreja; 02: secretaria; 03: ginásio de esportes; 04: estacionamento e; 05: acesso de pedestres.



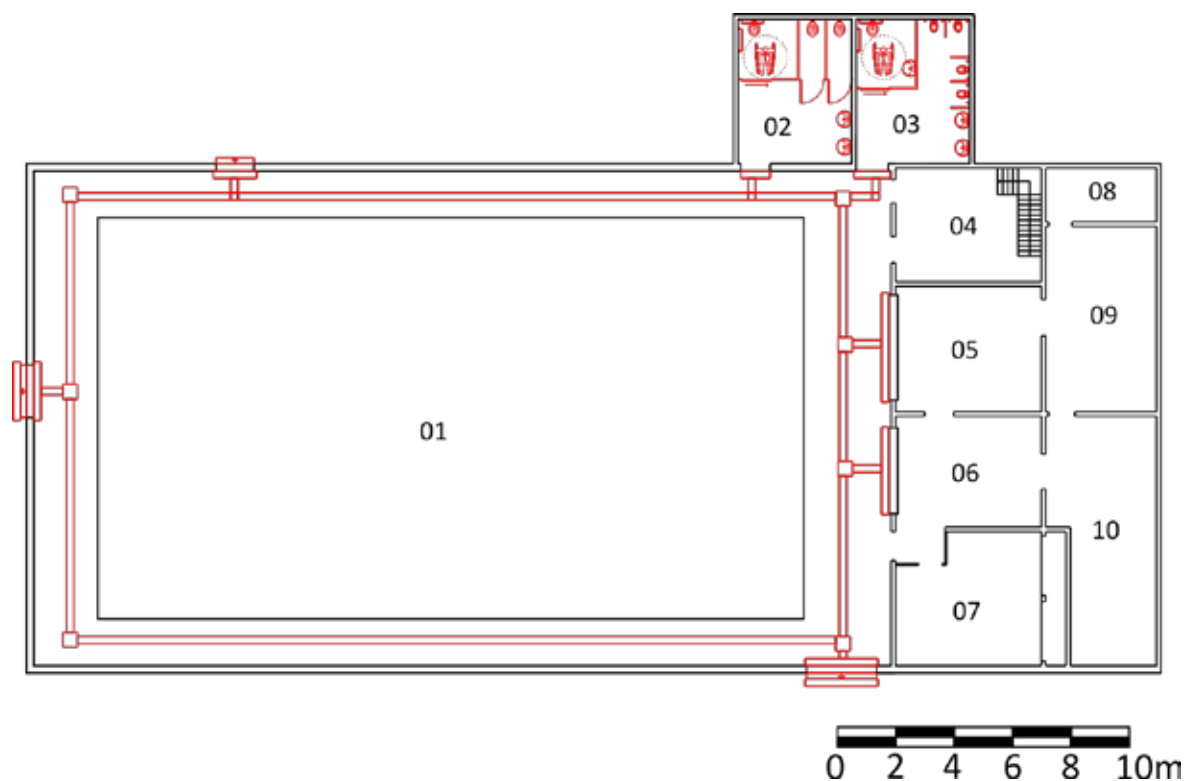
Para a igreja (Figura 6), edifício mais importante do conjunto edificado, foram propostas adequação das escadas, incluindo corrimãos com barras em duas alturas (0,70m e 0,92m em relação ao piso) com prolongamento mínimo de 30cm no início e fim das escadas; sinalização visual no final de todos os degraus. Para o acesso principal da igreja, foi proposta uma rampa de caráter móvel, devido à proteção patrimonial do edifício. Essa rampa deve atender o disposto na NBR 9050 (ABNET, 2015), ter 1,20m de largura, corrimão em duas alturas (semelhante ao das escadas) e inclinação de 8,33%. Pisos podotáteis de direcionamento e de alerta; rampa móvel para acesso ao batistério e um banheiro acessível ao lado do batistério. Além disso, foram reservados dois espaços ao lado dos primeiros bancos para o posicionamento de cadeiras de rodas.

Na figura, estão representados consecutivamente: 01: nave principal; 02: banheiro acessível; 03: batistério; 04: sala de apoio.

Todas as intervenções propostas para a igreja vieram acompanhadas de pesquisa de referências de soluções adotadas em edifícios de valor patrimonial semelhante à igreja. Nas figuras abaixo temos alguns dos exemplos. A figura 7 apresenta o piso da igreja todo em ladrilhos hidráulicos originais. A figura 08 mostra um exemplo de piso podotátil para demarcar as rotas de circulação. Do tipo adesivo, ele deve ser colado de maneira a não danificar e descaracterizar o piso existente.

O ginásio (Figura 9) e a secretaria (Figura 10) não possuem proteção patrimonial, portanto as soluções adotadas para torná-los acessíveis foram mais simples. Para ambos foram propostas a demarcação das rotas com piso podotátil, rampas em todos os desníveis, adaptação dos banheiros para serem acessíveis aos portadores de necessidades especiais, reserva de espaços para cadeirantes sentarem-se próximos às cadeiras comuns, além da reserva de cadeiras prioritárias na recepção da secretaria. Foi sugerida a inclusão de sinalizações.





Na figura 09, planta-baixa do ginásio, estão representados consecutivamente: 01: quadra esportiva; 02: banheiro feminino; 03: banheiro masculino; 04: depósito; 05: copa 1; 06: copa 2; 07: churrasqueira; 08: despensa 1; 09: cozinha; 10: despensa 2.

Na figura 10, planta-baixa da secretaria, estão representados consecutivamente: 01 secretaria; 02: recepção, 03: banheiro acessível; 04: banheiro comum.

Ainda, para todos os prédios do conjunto edificado, foram propostas: a substituição das maçanetas do tipo puxador para o tipo alavanca; a supressão dos capachos das portas, a substituição das placas de identificação dos prédios por placas menores e afixadas a uma altura de 0,90m em relação ao chão com a presença de texto equivalente em braile.

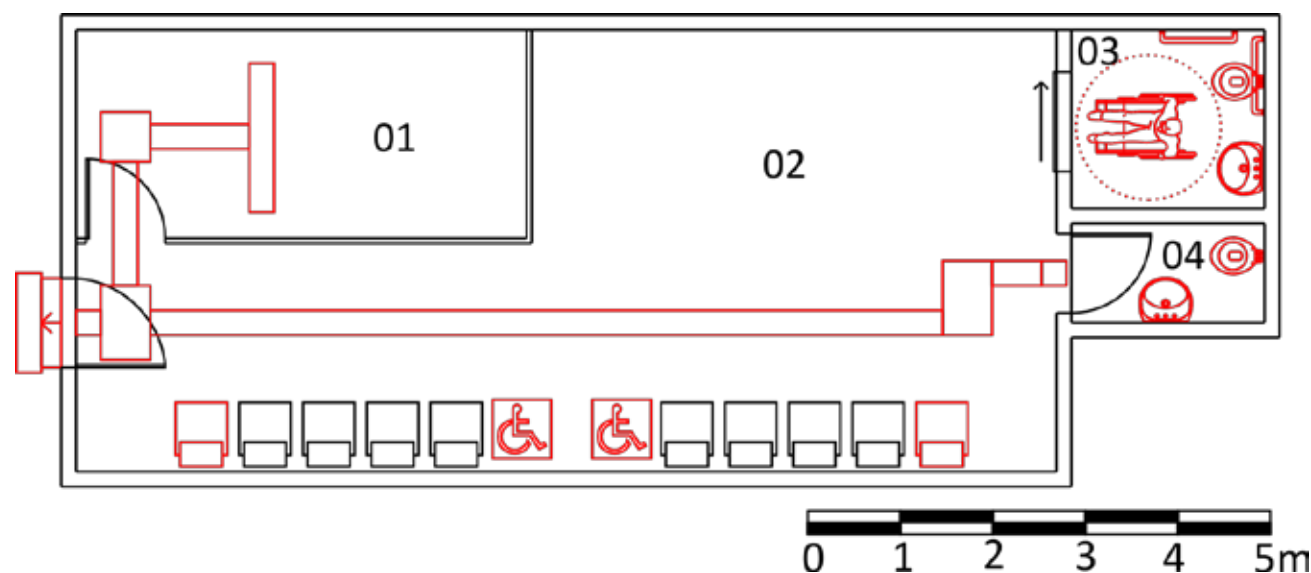
Foi sugerido o treinamento dos funcionários das recepções da secretaria e do ginásio, oferecendo cursos de libras para que tenham capacitação para atender o público surdo e a inclusão de aparelhos assistivos que possam auxiliar na comunicação com o público presente.

Conclusões

Nosso país está envelhecendo de forma acelerada. Diante deste fato é nosso dever desenvolver meios que possam melhorar a situação, trazendo maneiras de interação com esse público que vem crescendo com o decorrer dos anos.

O estado do Rio Grande do Sul (RS) apresenta um índice de envelhecimento populacional maior em relação aos outros estados do Brasil. Por este motivo, deve-se pensar a respeito da adequação social que precisa ser realizada para possibilitar a interação e acesso de todos.

Com o passar dos anos, vários problemas físicos e cognitivos podem começar a



fazer parte do cotidiano do idoso. Dessa forma é fundamental buscar proporcionar acessibilidade nas edificações, locais de interação pública e a patrimônios, como apresentado o estudo de caso deste trabalho, assim possibilitando o uso desses locais a todos.

Ressalta-se que a intervenção em patrimônios históricos culturais sempre cria um problema quanto às alterações realizadas no mesmo, pois como possuem restrições quanto à sua descaracterização, a implementação de projetos de acessibilidade nesses locais é um desafio. A norma brasileira traz consigo alguns critérios quanto à inclusão de acessibilidade em bens históricos, porém não exemplifica aplicações práticas quanto às adaptações, que respeitem a identidade do local.

Como visto, o país possui uma ampla legislação referente à acessibilidade, criadas e adaptadas durante os anos, porém, a proteção patrimonial que os bens possuem, referente à preservação da imagem, características e identidade cultural, dificulta a aplicação de estratégias e soluções acessíveis da norma NBR 9050 (ABNT, 2015). Encontrar critérios para aplicação da acessibilidade, em muitos casos, torna a norma insuficiente para solucionar os problemas encontrados na edificação, resultando na procura por outros referenciais, que abordem soluções para resolução e adequação desses entraves.

Referente ao estudo de caso na Igreja Nossa Senhora da Paz e seu conjunto de edificações, foi realizado um levantamento dos problemas e adequações do espaço a fim de possibilitar a integração popular sem discriminação. Os quadros criados para o levantamento deste trabalho demonstram detalhadamente os componentes a serem aplicados e os problemas com soluções aplicáveis que tornam possível o emprego de um projeto acessível ao bem patrimonial.

A acessibilidade deve estar presente em todas as edificações de utilização pública e cultural. Cada caso de intervenção projetual em patrimônios apresenta um critério específico quanto à utilização e valor histórico que o mesmo representa para a sociedade

ali presente. Dentro deste parecer, é preciso buscar a inclusão do público através de estudos e análises, procurando por soluções que respeitem a preservação dos bens considerando as limitações existentes. Deve-se possibilitar trazer ao lugar a participação de todos, deixando a discriminação de lado e promovendo a conscientização a respeito da inclusão e da acessibilidade.

As estratégias adotadas neste estudo de caso podem servir de referência para outras edificações patrimoniais semelhantes.

Referências

ABNT – Associação Brasileira de Normas técnicas. *NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

ANDRADE, Isabela. *Diretrizes para acessibilidade em edificações históricas a partir do estudo da arquitetura eclética em Pelotas-RS*. Curso de Arquitetura e Urbanismo - Programa de Pós-Graduação (UFSC), Florianópolis, 2009.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1988.

CELLARD, André. *A análise documental*. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, 2008.

DISCHINGER, Marta BINS ELY, Vera Helena Moro; PIARDI, Sonia Maria Demeda Groisman. *Provendo Acessibilidade espacial nos edifícios públicos. Programas de Acessibilidade às pessoas com Deficiência e Mobilidade reduzida nas Edificações de uso Público*. Ministério Público do Estado de Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

GIL, Antônio. *Como elaborar projetos de pesquisa*. Editora Atlas S.A. São Paulo, 2002.

GOULART, David. *Registros culturais da Igreja Nossa Senhora da Paz – Comunidade 4ª Seção da Barra – Rio Grande / RS*. Curso de Geografia - Licenciatura na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de Indicadores Sociais. Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira*. Rio de Janeiro 2016. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>> Acessado em 12/03/2020.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Instrução Normativa Nº 01, de 25 de novembro de 2003*. Brasília, IPHAN, 2003.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *O Iphan*. Brasília, IPHAN, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>>. Acessado em: 31/08/2019.

MIRANDA, Marcos e NOVAIS, Andrea. *Direito de acessibilidade aos bens culturais*. Vitruvius, 2009. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/09.107/1850>>. Acessado em: 09/08/2019.

NAÇÕES UNIDAS. *17 Objetivos Para Transformar o Mundo. Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis*. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods11/>> Acessado em 12/03/2020.

RIBEIRO, Sandra. *Mobilidade e Acessibilidade Urbana em Centros Históricos*. Iphan, Brasília, 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag-RS). *Nota Técnica nº 3 de 25 de abril de 2019 - Cenário Demográfico: Rio Grande do Sul e Brasil* <<https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos//nota-tecnica-demografia-seplag.pdf>> (Acesso em 15/03/2020).

SÁ-SILVA, Jackson, ALMEIDA, Domingos & GUINDANI, Joel Felipe. *Pesquisa documental: Pistas teóricas e metodológicas*. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, 2009.

YIN, Robert. *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. Porto Alegre, Bookman, 2001.